RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022

Federação Portuguesa de Motonáutica

Rua Cintura do Porto de Lisboa à Rocha Conde d' Óbidos, Edifício 104
1350-352 Lisboa | Portugal

Índice

Relatório de Gestão.....3

Relatório Financeiro do Exercício de 2022.....8

Demonstrações Financeiras e Anexo.....11

Balanço.....12

Demonstração de Resultados por Natureza.....13

Demonstração de Resultados por Funções.....14

Demonstração dos Fluxos de Caixa.....15

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais.....16

Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.....17

Certificação Legal das Contas

Parecer do Conselho Fiscal

1.RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório de Gestão do ano de 2022.

Exmos. Senhores Filiados,

No cumprimento do mandato que nos foi conferido e nos termos das disposições legais e estatuárias, submetemos à consideração de V. Exas. o Relatório de Gestão da Federação Portuguesa de Motonáutica (FPM ou Entidade), de forma a prestar a devida informação financeira do ano findo em 31 de dezembro de 2022.

Nota de enquadramento prévio

A Federação Portuguesa de Motonáutica é membro de pleno direito da U.I.M - Union Internationale Motonautique, desde 1964, entidade que tutela a nível Mundial o desporto náutico motorizado, acreditada pelo COI — Comité Olímpico Internacional,e também membro efetivo da G.A.I.S.F — General Association of International Sports Federations.

Em termos financeiros e contabilísticos, apresenta contas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Atualmente a FPM tutela em Portugal 5 disciplinas: Powerboat, Aquabike (Jet-Ski e Motas de Água), Ski Náutico, Wakeboard e Rádio Controlados.
A nível nacional, a FPM está filiada no COP — Comité Olímpico de Portugal, e na CDP - Confederação do Desporto de Portugal.

A FPM foi considerada Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, **por despacho do Primeiro** Ministro em 1978, tendo obtido o Estatuto de Utilidade Pública **Desportiva** em 30 de agosto de 1994.

A FPM, está em âmbito e recebe apoio do IPDJ— Instituto Português da Juventude e do Desporto, que tutela toda a atividade desportiva em Portugal, sob a égide da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto.

O plano de comunicação e de disponibilização de informação tem sido atento e completo.

A atividade do ano de 2022

Para efeito de suporte das contas apresentadas pela Direção, elabora-se o presente Relatório de Gestão, que deve acompanhar e ser lido em conjunto com o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e por Funções, a Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao exercício findo naquela data, tendo sido submetido a Certificação legal de Contase Parecer do Conselho Fiscal.

O Ano de 2022 entendemos que foi um ano de regresso à normalidade após as restrições pandémicas. Entendemos que a atitude e o contributo dos associados, a qualidade dos nossos pilotos, a metodologia de organização, muito contribuíram para a adesão das entidades que nos acompanham e nos incentivam. Estamos seguros que a visibilidade que colocamos e a actividade que proporcionamos, são incentivo para continuar este caminho. Naturalmente, que as restrições

financeiras – em quantidade e em momento, limitam esta atitude e este caminho de sustentabilidade que queremos realizar. A sustentabilidade financeira – que é um desafio e tem desafios, deve ser também vista por esta perspetiva.

Além das provas Nacionais realizadas, nomeadamente, o Campeonato Nacional Aquabike, a Taça de Portugal de Barcos de Competição T850 e os eventos de Ski Náutico e Wakeboard, também se realizaram em Portugal, as provas internacionais do Campeonato do Mundo F2, em Baião e Vila Velha de Rodão, e do Campeonato da Europa de Aquabike, em Penafiel, que se traduziram num sucesso desportivo.

A nível Internacional a FPM voltou apoiar a participação e o atletas lusos, mais concretamente a Seleção Nacional de Aquabike e, que marcou presença nas várias competições Europeias e/ou Mundiais além-fronteiras. Esta aposta foi recompensada com várias medalhas, designadamente, 3 de prata e 3 de bronze no Campeonato da Europa de Aquabike e, ainda, um Título de Campeão do Mundo identificados no quadro em seguida, sendo motivo de orgulho, responsabilidade e incentivo a qualidade dos resultados obtidos:

Atleta	Competição	Classe	Classificação
Gonçalo Rodrigues	Campeonato do Mundo Aquabike	Ski GP2	1.º lugar
		Ski GP3	2.º lugar
Diogo Barbosa	Campeonato da Europa Aquabike	Ski GP3	2.º lugar
Luísa Beja		Ski GP3	3.º lugar
Matteo Valente		Ski GP2	2.º lugar
Martim Marques		Ski Júnior GP3.3	3.º lugar
Paulo Nunes		Freestyle	3.º lugar
Lino Araújo		Runabout GP1	3.º lugar

Talento e captação de gerações

Foram também realizadas ações de formação e deteção de novos talentos tendo em vista a captação de novos atletas para a modalidade. Fundamental manter esta recorrência. Queremos e seremos melhores, ainda.
Foi um ano em que se continuou a investir em apetrechamento desportivo com a aquisição de material desportivo para a realização de Provas Nacionais e Internacionais realizadas em Portugal sob a égide da FPM.
Continuou a apostar-se na comunicação da Federação para despertar o interesse em novos patrocinadores e parceiros. Fundamental este ângulo para a sustentabilidade. Há desafios, há atitude e ideias para os endereçar.

Todo este esforço repercutiu-se num aumento de atletas federados, num acréscimo de clubes associados e numa maior divulgação das provas e modalidade em Portugal.

Toda a informação e acompanhamento da atividade desportiva está disponível em http://fpmotonautica.orQ, quer o histórico quer o calendário de atividades para o ano de 2023, que entendemos ser o mais adequado para a repercussão dos objetivos propostos pela Direção.

Evolução prevista

A atividade desportiva para 2023 continuará a ter em linha de conta o contexto geopolítico que o país e o mundo atravessam, e as consequências económicas e sociais daí decorrentes. No entanto, pretende-se continuar a promover o crescimento sustentado da modalidade, do número de atletas e filiados nas diversas modalidades, com particular foco nas camadas jovens e queremos que o desafio da sustentabilidade financeira continue presente, de forma informada (como sucede) com a nossa tutela, parceiros e associados.

Em termos de atividade desportiva a nível nacional irá continuar-se a apostar na qualidade das várias provas, enquanto montra da modalidade, tanto para os clubes, atletas, meios de comunicação social, patrocinadores e futuros praticantes.

A nível internacional foco vai para a organização de grandes eventos internacionais, assentes em elevados padrões de qualidade, modernização e com ênfase para o destaque televisivo e de comunicação social.

A formação de agentes desportivos, o desporto juvenil e a captação de novos talentos continuaram a ser as principais apostas para o ano de 2023. É a nossa vocação.

Aspetos relevantes das demonstrações financeiras de 2022 e de 2021

De acordo com a legislação, a FPM apresenta as suas demonstrações financeiras em conformidade com as normas que integram o sistema de Normalização Contabilística (SNC) das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), conforme previsto no Decreto- Lei n 98/2015, de 2 de junho (o qual república e passa a integrar as matérias do sector não lucrativo no Decreto-Lei n 158/2009, de 13 de Julho).

As Demonstrações Financeiras **apresentadas, respeitantes ao** exercício de 2022, evidenciam os seguintes valores de referência, comparativamente com o ano de **2021:**

Total do Balanço	**133 974,98**	**114 828,876**
Total dos Fundos Patrimoniais	**-209 906 95**	**-159 750,08**
Total do Passivo	**343 881,28**	**274 578 95**
Resultado líquido do exercício	**-50 156 87**	**-28 626,55**
Variação dos fundos de caixa	**11 925,48**	**3 850 37**

A evolução económica e financeira da Federação encontra-se detalhada no Relatório Técnico preparado pela Contabilista Certificada e nas contas apresentadas nas páginas seguintes deste Relatório e Contas.

Acontecimentos após data de balanço

Não existem acontecimentos relevantes que provoquem alterações às contas apresentadas.

À data de conclusão deste relatório, e derivado das atuais circunstâncias, a Direção encontra-se a acompanhar, de forma atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial, que, nesta data, ainda não são possíveis antecipar com fiabilidade. Este efeito poderá vir a ter impacto sobre a atividade da Federação, dependendo da evolução que esta situação venha a ter no futuro.

Como referido, a situação financeira da FPM tem desafios e que estão a ser endereçados (os fundos patrimoniais são negativos), com informação e comunicação, proximidade e atração de volume e recorrência de resultados, controlo dos gastos (as pressões de aumento de preços são transversais ao nosso país e Europa), controlo dos gastos e critérios de gestão adequados. O período pandémico proporcionou contexto e estamos convictos que o trabalho estruturado vai dar frutos, pelo que reafirmamos a continuidade de operação e o cumprimento de todas as responsabilidade e vocação. Este desafio é de todos.

Dívidas em mora ao Estado e Segurança Social

No decurso do ano de 2022 e até à presente data, não existiram quaisquer dívidas em mora à Administração Fiscal nem à Segurança Social, encontrando-se ambas as posições regularizadas.

Proposta de aplicação dos resultados

Propomos que o Resultado Líquido apurado no exercício, no montante negativo de 50 076,83€ (Cinquenta mil e setenta e seis euros e oitenta e três cêntimos), seja englobado nos Fundos Patrimoniais da Federação.

Agradecimentos

A Direção da FPM aproveita para agradecer a colaboração prestada por todos os Colaboradores, restantes órgãos sociais, Agentes desportivos, Clubes filiados, Fornecedores, Instituições Desportivas e Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Lisboa, 1 de março de, 2023

Direção

RELATÓRIO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2022

Balanço

O Balanço da Federação Portuguesa de Motonáutica (FPM) evidencia, em 31 de dezembro de 2022, um valor de 133 974,33 euros (2021: 114.828,87 euros), o qual inclui um resultado líquido negativo de 50.156,87 euros (2021: 28.626,65 euros), apurado no corrente exercício.

Os ativos fixos tangíveis da Federação Portuguesa de Motonáutica apresentam um montante bruto de 458 634,10 euros e um valor líquido de 94.151,98 euros (2021: 77.061,97 euros), cujo peso percentual é de cerca de 70% no ativo do Balanço.

Os ativos não correntes da Federação incluem ainda as contribuições efetuadas para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), no valor de 3.101.84 euros (2021: 2.796,45 euros).

Os ativos correntes (dívidas de terceiros e disponibilidades) ascendem a um valor de 36.720,51 euros (2021: 34.970,45 euros), dos quais 16.181,15 euros respeitam ao saldo dos depósitos bancários.

O segundo membro do Balanço da Federação Portuguesa de Motonáutica agrega os Fundos Patrimoniais e o Passivo, no valor global de 133 974,33 euros (2021:114.828,87 euros). Este valor resulta do Fundo de Capital negativo de 209.906,95 euros e do passivo no valor de 343 881,28 euros (2021: 274.578,74 euros).

No que respeita ao Passivo da Federação, este integra essencialmente a rubrica de fornecedores, no valor de 206.437,35 euros, o que representa um aumento de 61% relativamente ao ano anterior (2021: 127.681,31 euros), e a rubrica de outros passivos correntes, no valor de 134 829,21 euros, a qual inclui o valor de 46.457,25 euros referente à verba não utilizada na execução do Contrato-Programa assinado com o IPDJ para o ano de 2017, os acréscimos de gastos (essencialmente os encargos com férias e subsídios de férias dos trabalhadores), no valor de 8.831,33 euros, relativos ao exercício corrente mas que apenas se irão ser pagos no ano de 2023, e os outros credores, no valor de 55 628,52 euros, destacando-se os seguros formalizados junto da Confederação do Desporto de Portugal (20.905,00 euros).

De salientar ainda que, no final do ano de 2022, a Federação não tem qualquer financiamento bancário.

Demonstração de Resultados

O ano de 2022 ficará para a história como o ano pós pandemia, como o ano de retoma das atividades suspensas durante o período da Covid 19. A Federação conseguiu, cumprindo todas as normas da DGS, neste ano consolidar o relançamento da atividade desportiva nacional, com forte adesão por parte dos atletas. A nível internacional alguns dos eventos foram cancelados, mas os atletas tiveram oportunidade de participar em algumas das provas previstas.

Em termos de demonstração dos resultados, constata-se que houve um acréscimo significativo dos gastos com fornecimentos e serviços externos de 97.837,63 euros (cerca de 36%) em relação ao ano anterior, destacando-se as rubricas de trabalhos especializados e deslocações e estadas, fruto da retoma da atividade atrás referida.

A rubrica de gastos com pessoal sofreu uma diminuição de cerca de 17% em relação ao ano anterior, fruto da saída de funcionários.

No corrente ano, os rendimentos ascenderam a um total de 424.486,07 euros (2021: 420.208,74 euros), o que representa um aumento de cerca de 4.277,33 euros (1%), comparativamente com o ano anterior.

As comparticipações correntes recebidas do IPDJ ascenderam a um total de 247.400,00 euros, (2021: 262.900,00 euros) divididos por (i) 212.400,00 euros (2021: 212.400,00 euros) destinados à gestão da Federação e ao desenvolvimento da prática desportiva, seleções nacionais e alto rendimento, (ii)25.000,00 euros destinados à organização de eventos internacionais (2021: 24.000,00 euros); e (iii) 10.000,00 euros (2021: 9.000,00 euros) referente ao Plano Nacional Formação de Recursos Humanos.

O resultado líquido do exercício foi negativo, no montante de 50.156,87 euros, o que conduziu a uma situação deficitária do Fundo de Capital em 31 de dezembro de 2022, passando a ascender o mesmo no final do ano a um valor negativo de 209.906,95 euros.

A Contabilista Certificada

2.DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

Balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS 2022	PERÍODOS 2021
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	94 151,98	77 061,97
Investimentos financeiros	6	3 101,84	2 796,45
		97 253,82	79 858,42
Ativo correntes:			
Créditos a receber		-	-
Estado e outros entes públicos			-
Fundadores/bem./patrocinadores/doadores/associados/membros	7	15 211,50	9 131,50
Outros ativos correntes	8		13 055,26
Diferimentos	10	803,16	3 503,32
Outros ativos financeiros	9		500,00
Caixa e depósitos bancários	4	20 705,85	8 780,37
		36 720,51	34 970,45
Total do Ativo		**133 974,33**	**114 828,87**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos		(199 750,08)	(171 123,43)
Resultados transitados		-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais		40 000,00	40 000,00
		(159 750,08)	(131 123,43)
Resultado líquido do período		(50 156,87)	(28 626,65)
Total do Fundo de Capital		**(209 906,95)**	**(159 750,08)**
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
		-	-
Passivo corrente:			
Fornecedores	11	206 437,35	127 681,31
Estado e outros entes públicos	12	2 614,72	3 633,74
Fundadores/bem./patrocinadores/doadores/associados/membros	7		300,00
Financiamentos obtidos			-
Diferimentos			-
Outras passivos correntes	13	134 829,21	142 963,90
		343 881,28	274 578,95
Total do passivo		**343 881,28**	**274 578,95**
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		**133 974,33**	**114 828,87**

A Direção

A Contabilista Certificada

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS 2022	PERÍODOS 2021
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	14	20 586,07	15 142,07
Subsídios, doações e legados á exploração	15	403 900,00	397 400,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			-
Fornecimentos e serviços externos	16	(371 201,08)	(273 364,45)
Gastos com o pessoal	17	(69 763,23)	(84 097,64)
Imparidade das contas a receber (perdas/reversões)			-
Provisões (aumentos/reduções)			-
Outros rendimentos	18		7 666,67
Outros gastos	19	(14 786,31)	(71 471,71)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(31 264,55)	(8 725,06)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(18 812,28)	(18 938,22)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(50 076,83)	(27 663,28)
Juros e rendimentos similares obtidos			-
Juros e gastos similares suportados	20	(80,04)	(963,37)
Resultado antes de impostos		(50 156,87)	(28 626,65)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		**(50 156,87)**	**(28 626,65)**

O Anexo faz parte integrante da Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

A Direção

A Contabilista Certificada

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
DO EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	14	20 586,07	15 142,07
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Resultado bruto		20 586,07	15 142,07
Outros rendimentos	15	403 900,00	397 400,00
Gastos de distribuição		-	-
Gastos administrativos		(197 698,44)	(109 166,87
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Gastos de organização de atividades		(276 864,46)	(328 880,50
Outros gastos			(2 157,98)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(50 076,83)	(27 663,28)
Gastos de financiamento	20	(80,04)	(993,37)
Resultados antes de impostos		(50 156,87)	(28 626,65)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		**(50 156,87)**	**(28 626,65)**

O Anexo faz parte integrante da Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

A Direção

A Contabilista Certificada

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Método Directo)

Montantes expressos em EURO

	NOTAS	PERÍODOS 2022	PERÍODOS 2021
Actividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes e Associados		3 885,00	13442,07
Pagamentos de Subsídios		-	-
Pagamentos de Apoios			(11330,00)
Pagamento de Bolsas		-	-
Pagamentos a Fornecedores		(211 856,36)	(235 246,30)
Pagamentos ao Pessoal		(67 006,31)	(67 006,31
Caixa gerada pelas operações		(247 379,73)	(300 140,54)
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		(135 307,07)	12 949,48
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(382 868,80)	(392 726,75)
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis	5	(8 902,29)	(5 588,56)
Investimentos financeiros	6	(305,39)	(270,95)
Recebimentos provenientes de :			
Activos fixos tangíveis		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(9 207,68)	(5859,51)
Actividades de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares	20	(80,04)	(963,37)
Recebimentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-	-
Outras operações de financiamento da actividade (IPDJ e Municipios)	15	403 400,00	403 400,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		403 819,96	315 034,12
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		11 925,48	3 850,37
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 780,37	4 930,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	20 705,95	8 780,37

O Anexo faz parte integrante da Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

A Direção

A Contabilista Certificada

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021

Montantes expressos em EURO

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos	Outras variações fundos patrimoniais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	TOTAL dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021		**(221 067,68)**	**40 000,00**		**49 944,25**	**(131 123,43)**
Alterações do período:						
Alterações de políticas contab.		-	-	-	-	-
Reconhecimento de subsídios ao investimento		-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-
Resultado líquido do período					(28 626,65)	(28 626,65)
Resultado integral					21 317,60	21 317,60
Operações com Instituidores no período						
Fundos		49 944,25	-	-	(49 944,25)	-
Outras operações		-	-	-	-	-
		49 944,25	-	-	(49 944,25)	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021		**(171 123,43)**	**40 000,00**	**-**	**(28 626,65)**	**(159 750,08)**

Montantes expressos em EURO

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos	Outras variações fundos patrimoniais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	TOTAL dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022		**(171 123,43)**	**40 000,00**		**(28 626,65)**	**(159 750,08)**
Alterações do período:						
Alterações de políticas contab.		-	-	-	-	-
Reconhecimento de subsídios ao investimento		-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-
Resultado líquido do período					(50 156,87)	(50 156,87)
Resultado integral					(78 783,52)	(78 783,52)
Operações com Instituidores no período						
Fundos		(28 626,65)	-	-	28 626,65	-
Outras operações		-	-	-	-	-
		(28 626,65)	-	-	28 626,65	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022		**(199 750,08)**	**40 000,00**	**-**	**(50 156,87)**	**(209 906,95)**

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios do exercicio findo em 31 de Dezembro de 2022

A Direção

A Contabilista Certificada

Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

1.Introdução

A Federação Portuguesa de Motonáutica (FPM), é uma pessoa coletiva de direito privada, constituída em 30 de janeiro de 1965, sob a forma de associação sem fins lucrativos. Tem a sua sede na Rua da Cintura do Porto de Lisboa à Rocha Conde de Óbidos, edifício 104, em Lisboa.

A FPM foi considerada Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, por despacho do Primeiro-Ministro, em 1978, tendo obtido o Estatuto de Utilidade Pública Desportiva, através do Despacho nº 45/94, de 30 de agosto, publicado na 2ª Série do Diário da República nº 209, de 9 de setembro.

A FPM é membro de pleno direito da U.I.M. – Union Internationale Motonautique, desde 1964, Entidade que tutela a nível Mundial o desporto náutico motorizado, acreditada pelo C.O.I. – Comité Olímpico Internacional, e também membro efetivo da G.A.I.F – General Association of International Sports Federations. Ao nível nacional, a FPM está filiada no COP – Comité Olímpico de Portugal, e na CDP – Confederação do Desporto de Portugal.

Atividade

A Federação Portuguesa de Motonáutica rege-se pelos estatutos aprovados pela direção e pela lei vigente, designadamente pelo regime jurídico das federações desportivas, subsidiariamente pelo regime jurídico das associações de direito privado, e ainda pelas normas a que ficar vinculada pela sua filiação em organismos internacionais.

A Federação Portuguesa de Motonáutica tem como objetivo promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, a prática do desporto náutico motorizado, nas suas diversas disciplinas, designadamente F1, F2, F4, T850, T750, PR750, Rádio controlados, Hovercrafts, Jet ski, Motas de água, Ski náutico, Wakeboard e Wakeskate.

Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 9 de março de 2023, pelo Presidente da Direção, Dr. Paulo Sérgio Ferreira. É do entendimento da Direção que estas

demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da FPM bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

De acordo com a Lei e os Estatutos, as contas agora apresentadas pela Direção são ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral.

2. Referência contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística das Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL), conforme previsto no Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho (o qual república e passa a integrar as matérias do setor não lucrativo no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) e as Normas interpretativas.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram obtidas a partir dos registos contabilísticos da Federação, os quais foram preparados, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL).

As demonstrações financeiras incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o presente anexo.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-ESNL requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como dos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direção e nas suas melhores expetativas em relação a ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Não existem, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.

2.3. Indicação das contas de Balanço e de Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores do balanço a 31 de dezembro de 2022 e da Demonstração dos Resultados em 2022 são na íntegra comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas Contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade. Este custo inclui o custo de aquisição à data de transição para NCRF-ESNL, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

As depreciações são calculadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas, de forma a reintegrarem os ativos durante a sua vida útil.

Classe Ativo Fixo Tangível	Vida Útil
Equipamento básico	8 anos
Equipamento transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	3-8 anos

A depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entra em funcionamento. Os bens de reduzido valor (valores unitários inferiores a 1.000,00 €) são depreciados no ano de aquisição e o respetivo dispêndio é reconhecido como gasto integral do exercício respetivo.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são constituídos pelas contribuições efetuadas para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e estão mensurados ao respetivo custo de aquisição que corresponde às entregas efetuadas pela FPM, enquanto entidade empregadora.

3.3. Créditos a receber

As rubricas de créditos a receber são reconhecidas ao justo valor (Valor nominal), deduzido dos respetivos ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade de créditos a receber são registadas, sempre que existe evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas de imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Ajustamentos de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais de 6 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários, se existirem, são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.4. Fundos

Na rubrica de Fundos Patrimoniais a conta Fundos engloba a acumulação dos resultados líquidos aprovados referentes a cada período de prestação de contas.

3.5. Financiamento obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos ao custo e são classificados no passivo corrente e no passivo não corrente no caso de a entidade ter o direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os gastos com o pagamento de juros suportados no exercício encontram-se registados na Demonstração dos resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.6. Imposto sobre o rendimento

A FPM é uma Instituição Desportiva de Utilidade Pública, não exercendo a título principal uma atividade comercial, industrial ou agrícola, pelo que beneficia de isenção de tributação em sede de IRC, ao abrigo do Artigo 10º do Código do IRC. Assim, os subsídios destinados a financiar a

realização dos fins estatutários não são sujeitos a IRC, considerando-se ainda rendimentos isentos os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito destinados à direta e imediata realização dos fins estatutários.

3.7. Benefícios aos empregados

A FPM não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

3.8. Pessoal ao serviço da federação

O número médio de pessoas ao serviço da FPM foi de 3 (2021: 4 trabalhadores).

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação:

i) presente legal e construtiva resultante de eventos passados;
ii) para a qual é mais provável de que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação, e;
iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a obrigação é divulgada como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

A FPM não tem qualquer obrigação, objeto de constituição de provisão nem de reconhecimento de passivo contingente.

3.10. Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.11. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo a serviços no decurso normal da atividade da FPM. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.12. Subsídio monetários

Subsídios relacionados com rendimentos

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima e compensar deficits de exploração de um dado exercício são imputados como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios.

Os subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

Subsídios relacionados com ativos

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, são apresentados no balanço como componente do Fundo Patrimonial e imputados como rendimentos do exercício na proporção das amortizações efetuadas em cada período.

3.13. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da FPM são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direção, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a um reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício são as que se seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.13.1. Provisões

A FPM analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.13.2. Imparidade

A determinação de uma eventual perda de imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da entidade, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas à federação.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Direção no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	31/12/2022	31/12/2021
Numerário	4 024,70	116,46
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	16 681,15	8 663,91
	20 705,85	8 780, 37

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

5. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos dos ativos fixos tangíveis para os exercícios de 2022 e de 2021 são os seguintes:

	Edifícios e O. Construções	Equipamento Básico	Equip. Transporte	Equip. Administ.	O Activos F. Tangíveis	A. Tangíveis em curso
1 de janeiro 2021						
Custo de aquisiç	25 000,00	253 131,75	97 345,25	40 350,89	1 315,36	847,96
Depreciações ac	-500,00	-202 886,82	-85 982,75	-35 807,33	-1054,72	
Valor Líquido	**24 500,00**	**50 244,93**	**11 362,50**	**4 543,56**	**260,64**	**847,96**
Adições		5 588,56			-	
Transferências e abates					-	-847,96
Depreciação - E>	-500,00	-11 218,50	-5 287,50	-1671,67	-260,64	
Depreciação - trans. e abates				-	-	
Valor Líquido	**24 000,00**	**44 614,99**	**6 075,00**	**2 871,89**	**0,00**	**0,00**
1 de janeiro 2022						
Custo de aquisiç	25.000,00	258.720,31	97.345,25	40.023,85	1642,40	
Depreciações ac	-1500,00	-214.105,30	-91.270,27	-37.445,71	-1.348,56	
Valor Líquido	**23.500,00**	**44.615,01**	**6.074,98**	**2.578,14**	**293,84**	**0,00**
Adições		8.902,29			-	
Depreciação - E>	-500,00	-12.143,79	-5.287,50	-587,24	-293,75	
Valor Líquido	**23.000,00**	**41.373,51**	**787,48**	**1.990,90**	**0,09**	**0,00**
Custo de aquisiç	25.000,00	267.622,60	97.345,25	40.023,85	1642,40	
Depreciações ac	-2.000,00	-226.249,09	-96.557,77	-38 032,95	-1642,31	
Valor Líquido	**23.000,00**	**41.373,51**	**787,48**	**1.990,90**	**0,09**	**0,00**

No exercício de 2022 adquiriu-se material desportivo no valor de 8.902,29 euros para as diversas provas.

6. Investimentos financeiros

A rubrica de investimentos financeiros diz respeito aos valores entregues referentes ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), no montante de 3.101,84 euros (2021: 2.796,45 euros). O FCT é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores.

O FCT é um fundo autónomo, com personalidade jurídica, dirigido por um conselho de gestão. É financiado pelas entidades empregadoras, sendo a entidade gestora o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

O valor do fundo corresponde à entrega por parte do empregador do valor de 0,925% da retribuição base mensal do trabalhador.

7. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quotizações de associados por liquidar ascendem a 15.211,50 euros (2020:9.131,50 euros), as quais respeitam a dívidas de receitas associativas de 2019 a 2022.

8. Outros ativos correntes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2020, os saldos da rubrica de Outros ativos correntes eram os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Outras entidades:	-	-
Outros	-	13 055,26
Fundação do Desporto	-	-
	-	13 055,26

9. Outros ativos financeiros

Os títulos de Capital incluem a participação no capital na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) da Arruda dos Vinhos, CRL, no valor de 500,00 euros, a qual se encontra registada ao custo de aquisição.

10. Diferimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, estavam por reconhecer os seguintes gastos:

	31/12/2022	31/12/2021
Gastos a reconhecer:		
Seguros	803,16	3 503,32
Outros gastos	-	-
	803,16	3 503,32

A rubrica Seguros inclui os prémios de seguro pagos antecipadamente das apólices do ramo automóvel, embarcações e acidentes pessoais.

11. Fornecedores

A 31 de dezembro de 2022, os fornecedores incluem as dívidas aos fornecedores operacionais da Federação, no valor de 206.437,35 euros (2021:126.276,31 euros).

12. Estado e Outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os saldos com o Estado eram os seguintes:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Contribuições p/ segurança social	-	1 775,72	-	2 132,91
Imposto s/ rendimento- IRS	-	839,00		1 500,83
	-	2 614,72	-	3 633,74

Durante o ano de 2022, a Federação não obteve quaisquer rendimentos comerciais enquadráveis no artigo 11º do Código do IRC pelo que não foi estimado valor de imposto a pagar (IRC).

13. Outros passivos correntes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os saldos da rubrica Outros passivos correntes eram os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Outros credores:		
Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)	46 457,25	52 457,25
Credores diversos	57 834,84	52 146,12
Confederação do Desporto de Portugal	20 905,00	26 905,00
	125 197,	131 508,37
Acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	8 831,33	10 169,25
Outros acréscimos de gastos	800 79	1 286,28
	9 632,12	11 455,53
	107 829,21	142 963,90

A rubrica de Outros credores inclui o compromisso com o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), no valor de 46.457,25 euros, referente à verba não executada pela Federação do Contrato-Programa de Desenvolvimento da Prática Desportiva e Atividades Regulares para o ano de 2017.

O valor a pagar à Confederação do Desporto de Portugal diz respeito a despesas com apólices de seguros desportivos, responsabilidade civil e acidentes pessoais, contratualizados através desta entidade, e cujo valor em dívida ascendia no final do ano a 20 905,00 euros.

A rubrica Remunerações a liquidar inclui os gastos estimados com o pagamento das férias e subsídio de férias dos trabalhadores da Federação relativos ao exercício de 2022, os quais serão liquidados no ano de 2023.

14. Rédito

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados diz respeito aos ganhos associativos, conforme se detalha:

	31/12/2022	31/12/2021
Vendas e prestações de serviços:		
Inscrições	8 295,00	7 120,00
Seguros	4 120,00	4 955,00
Serviços diversos	4 336,07	1 332,07
Licenças	3 835,00	1 735,00
Reembolsos	-	-
	20 586,07	15 142,07

No ano de 2022, os rendimentos e ganhos associativos, registaram um aumento de 5.444,00 euros, face ao ano anterior. Este incremento deve-se ao fato de se terem realizado mais provas nacionais e internacionais do que no ano anterior.

15. Subsídios, doações e legados à exploração

O detalhe desta rubrica é apresentado como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos		
Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)		
Desenvolvimento da prática desportiva	212 400,00	212 400,00
Eventos Internacionais	25 000,00	24 000,00
Desporto para Todos	-	17 500,00
Formação de Recursos Humanos	10 000,00	9 000,00
	247 400,00	262 900,00
Autarquias	156 500,00	134 500,00
Outras entidades	-	
	156 500,00	134 500,00
	403 900,00	397 400,00

No ano de 2022, em termos internacionais a FPM conseguiu organizar duas etapas do Campeonato do Mundo de F2, em Vila Velha de Rodão e Baião e o Campeonato do Mundo de F1 na Figueira da Foz. Foram atribuídos pelo IPDJ 12.500 euros a cada etapa de F2, num total de 25.000 euros.

Para além das comparticipações atribuídas pelo IDPJ para o desenvolvimento da prática desportiva, a FPM recebeu verbas de autarquias, nomeadamente de Baião (50.000,00 euros), Vila Velha de Rodão (50.000,00 euros). Estas verbas destinaram-se a suportar custos da organização dos eventos nacionais e internacionais, de acordo com o calendário de provas anual da Federação.

16. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é o seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhos especializados	197 698,44	114 672,95
Deslocações e Estadas	89 428,06	80 136,39
Energia e outros fluídos	23 259,75	17 466,58
Comunicações	15 128,75	16 661,74
Honorários	12.304,72	723,00
Rendas	8 765,19	22 544,40
Seguros	8 640,64	5 695,35
Diversos	3 467,65	1 653,37
Conservação e reparação	2 777,01	2 191,12
Vigilância e segurança	2 593,40	5 282,83
Limpeza, higiene e conforto	1 584,33	315,58
Serviços bancários	663,75	844,23
Contencioso e notariado	-	1 252,12
	371 201,08	273 364,45

Deslocações e Estadas

Org provas nacionais /estágios/Desp. Todos	48 222,39
Org provas internacionais em Portugal	15 964,00
Participações em provas internacionais	21 941,96
Outras	3 299,71
Total	89 428,06

A rubrica de "Deslocações e estadas" inclui as despesas suportadas nas deslocações, alimentação e alojamento de todos os agentes desportivos intervenientes nas provas dos calendários nacional e internacional, bem como outros projetos, nomeadamente Deteção de Talentos e Desporto para Todos.

A conta "Trabalhos especializados" inclui os gastos com o pagamento de serviços de assessoria jurídica, audiovisual, contabilidade, publicidade, comunicação, serviços técnicos de assistências a provas (comissários, cronometragem, fotografia, speaker).

17. Gastos com pessoal

Os gastos incorridos na rubrica de gastos com pessoal são apresentados no quadro seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações:		
Órgãos sociais	15 336,12	22 712,24
Pessoal	42 843,53	46 833,70
	69 545,94	69 545,94
Encargos sociais:		
Encargos sobre remunerações	11 583,58	14 551,70
	14 551,70	14 551,70
	69 763,23	84 097,64

No final do exercício de 2020, o presidente passou a auferir remuneração, aprovada em Assembleia Geral, nos termos previstos nos estatutos da Federação. Durante o ano de 2022 o presidente não recebeu qualquer verba referente aos seus vencimentos.

18. Outros gastos

O detalhe da rubrica de outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Gastos com apoios concedidos	5 998,04	62 722,79
Multas e penalidades	3 787,76	3 030,06
Correções de exercícios anteriores	-	2 157,98
Quotizações	380,00	2 030,00
Impostos	4 620,51	1 530,88
	14 786,31	71 471,71

A rubrica "Gastos com apoios concedidos" inclui fundamentalmente as despesas suportadas de âmbito desportivo com inscrições em provas internacionais e apoio a pilotos.

19. Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica inclui os juros liquidados ao Banco Millenium Bcp, no valor de 80,04 euros (2021: 963,37 euros).

20. Responsabilidades contratuais

Em 31 de dezembro de 2022, a FPM não tem quaisquer responsabilidades contratuais assumidas significativas não registadas ou não divulgadas nas demonstrações financeiras.

21. Dividas em Mora ao Estado

Não existe qualquer divida em mora para com o Estado e a Segurança Social.

22. Acontecimentos após data de balanço

Após o fecho do exercício, e à semelhança do ano de 2021, continua a viver-se por todo o mundo o rescaldo da pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19).

Esta situação foi ainda agravada pela Guerra na Ucrânia, que leva a um aumento generalizado dos preços do cabaz de alimentos essenciais e à deterioração do poder de compra dos portugueses.

Até à presente data, não temos conhecimento de quaisquer outros acontecimentos adicionais que possam afetar as contas agora apresentadas.

23. Aplicação do Resultado

O Resultado Líquido apurado no exercício, no montante negativo de 50 156,87 euros (cinquenta mil, cento e cinquenta e seis euros e oitenta e sete cêntimos), será englobado nos Fundos Patrimoniais da Federação.

A Direção

A Contabilista Certificada

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

mazars

Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTONÁUTICA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 133.974 euros e total de fundos patrimoniais negativo de 209.907 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 50 157 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTONÁUTICA** em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido ao longo do Relatório de gestão, a situação financeira da Entidade tem desafios e que estão a ser endereçados (os fundos patrimoniais são negativos, em 209.907 euros), sendo relevante obter adicionais patrocinadores e parcerias para a sustentabilidade, ou seja, obter receitas próprias superiores aos gastos não financiados pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ).

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 31 de Março de 2023

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta
(Revisor Oficial de Contas n.º 1023, registado na CMVM com o n.º 20160637)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Filiados,

1.

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, extensão e metodologia consideradas adequadas, durante o exercício de **2022**, a atividade da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTONÁUTICA ("FEDERAÇÃO")**, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, analisámos a forma como é concretizada a adesão aos princípios de prudência, substância e materialidade, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Direção e dos Serviços financeiros e Contabilista Certificada os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

2.

Após o encerramento de contas de 2022 apreciámos os documentos de prestação de contas apresentados pela Direcção e a Certificação Legal das Contas, que se consideram descritos neste Parecer.

3.

Com base nos trabalhos de verificação desenvolvidos e da análise do relatório de atividades e contas do período de 2022 o Conselho Fiscal entende dever salientar o seguinte:

- O balanço reportado a 31 de dezembro de 2022 apresenta um total de 133 974 euro (114.829 euro em 31 de dezembro de 2021) e um total de Fundos Patrimoniais negativo em ~209 907 euro (negativo de 159.750 euro em 31 de Dezembro de 2021), o qual inclui um resultado líquido negativo de 50 157 euro (negativo em 28 627 euro em 31 de Dezembro de 2021).
- Conforme referido no Relatório de gestão e no relatório técnico que o acompanha, a formação do resultado do 2022 a 2020 está associada (i) ao acréscimo de depreciações e amortizações, face aos investimentos realizados (nova sede e equipamentos alinhados com a vocação da federação), (ii) ao investimento na promoção da entidade, e (iii) bem como a gastos não subvencionados, para além dos impactos da pandemia e da inflação que trouxe novos desafios à sustentabilidade e manutenção das estruturas.
- A captação de recursos financeiros – para além daqueles originados do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) com quem a Federação tema mantido contacto e informações permanentes, deverá constituir prioridade, em ordem a reconstituir os fundos patrimoniais e dar adequada cobertura ao Passivo. Estamos informados que esta comunicação e atitude positiva são características. Este caminho tem de continuar a ser realizado.
- Deve ainda constituir prioridade, a formalização dos acordos com fornecedores e outros parceiros na contínua procura de adicionais apoios, em diálogo e informação ao IPDJ, como tem sucedido ao que estamos informados.
- O Balanço, a Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo e o Relatório de da Direcção, desde que lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas que contém ênfases e com a

qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTONÁUTICA** e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

- De sublinhar o trabalho no sentido do reforço de procedimentos de monitorização tempestiva da informação e da aplicação dos fundos, o qual deverá ser continuado.
- Os critérios de mensuração utilizados merecem a nossa concordância.

4.

Assim, se tida em consideração o exposto nos parágrafos anteriores e em particular o desafio da sustentabilidade financeira e operacional, somos de PARECER para os Senhores:

- Que sejam aprovados o Relatório de gestão bem como o Balanço, a Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo apresentados pela Direcção, a Certificação Legal das Contas e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

5.

Na avaliação do pressuposto da continuidade das operações não foram identificados eventos ou condições que suscitassem dúvidas ou incertezas ou que exigiram juízo quanto à capacidade de manutenção ordenada das operações da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTONÁUTICA** em continuidade. Todavia, sublinhamos que em 31 de dezembro de 2022, o fundo de capital da Federação é negativo em 209 907 euros, situação que poderá ser invertida através da obtenção de receitas próprias e adicionais superiores aos gastos não financiados pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), bem como de acordos e apoio dos fornecedores.

6.

Agradecemos aos restantes Orgãos Sociais, Colaboradores, Membros, Serviços e a todo o ecossistema de entidades que se relacionam com o **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTONÁUTICA**, o apoio, a colaboração prestada, a disponibilidade e competência das Pessoas e dos recursos, o que em muito contribuiu ao desempenho das funções da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTONÁUTICA.**

Lisboa, 31 de Março de 2023

O CONSELHO FISCAL

Mazars & Associados SROC, SA representada por José Rebouta | Presidente

Albano Pereira Correia | Secretário